

O MITO DA AMÉRICA IMPERIAL

Henrique Raposo

NIALL FERGUSON

Colossus. The Rise and Fall of the American Empire

Londres,
Allen Lane,
2004, 384 páginas

O IMPÉRIO AMERICANO NÃO EXISTE. É UM MITO

Samuel Huntington¹

No debate pós-11 de Setembro, alguns intelectuais do campo conservador têm insistido num mito político: a América é um império. Mais: para estes autores (Robert Kaplan, Max Boot, Niall Ferguson), o império americano é a única solução para o século XXI. Em resposta, devemos afirmar que a metáfora imperial é nociva², pois envia e empobrece a nossa capacidade epistemológica³. Cria uma imagem mistificada do mundo. Os autores que pactuam com este mito recriam a realidade; moldam o mundo aos seus desejos ideológicos.

O historiador conservador Niall Ferguson é, neste momento, o grande apóstolo da benignidade e da necessidade do império americano. *Colossus*, aliás, pretende ser um instigador da acção imperial americana. E esta instigação divide-se em três argumentos-chave: 1) Ferguson afirma que a América é e sempre foi um império; 2) declara que a América deve ser um império, pois várias regiões do mundo precisavam da acção benigna de um Império

Liberal; 3) retrata uma América que recusa ser um império (*imperial denial*) – e esta é a grande especificidade de *Colossus*. Deste modo, a estrutura da nossa recensão dividir-se-á em três secções. Em cada uma delas, tentaremos refutar os argumentos do historiador escocês mais polémico do momento.

A AMÉRICA É UM IMPÉRIO?

UMA IMPOSSIBILIDADE POLÍTICA

Para Ferguson, a América é e sempre foi um império. Está errado. Tentaremos comprovar a nossa asserção com argumentos relativos a aspectos internos e externos da América. No que diz respeito à argumentação sobre a ordem interna, importa dizer que a América não é nem nunca foi um império porque a sua estrutura institucional não o permite. O governo federal americano «não está organizado de forma a permitir a consumação de um prolongado poder imperial pelo mundo fora»⁴. A Constituição americana assenta, precisamente, no repúdio do centralismo político necessário à consumação de um império, visto que cria um sistema plural e potenciador das tensões

internas da sociedade. Esse pluralismo intelectual e cultural acaba por se traduzir em diversas correntes e teorias de política externa⁵ que, naturalmente, são transportadas para as diversas administrações⁶.

Ferguson critica este pluralismo, apelidando as tensões pluralistas de *contradições* problemáticas. Por outras palavras, o autor não quer compreender a natureza do sistema político americano. Encara a América como se esta fosse uma nação dominada pela Vontade Geral, logo, passível de ser reduzida a um bloco uno e indivisível. Ora, a América é a negação da Vontade Geral. E se não existe um propósito nacional único e indivisível, não pode haver império. Ferguson, no fundo, comete o erro típico da intelectualidade europeia: tenta analisar os EUA com a lente analítica da *realpolitik* europeia.

Em relação à ordem externa, importa dizer o seguinte: Ferguson concentra-se, em demasia, em aspectos quantitativos (poder militar, poder económico) e negligencia aspectos qualitativos (ligações político-institucionais). O Poder não garante ligações de soberania e laços institucionais. Um poder imperial implica, necessariamente, uma ligação de soberania⁷. Um império controla de forma directa e exclusiva a lei, a burocracia e o exército de um dado território subalterno. É esta a definição clássica (e correcta) de Império. Ferguson recusa-a, sob o pretexto de ser demasiado simples e estreita. Em sua substituição, apresenta o elástico conceito de *Império Informal*⁸, no qual pretende incluir todas as formas de poder não-conventionais da América (poder comercial, poder financeiro e poder cultural). Ora,

para este tipo de poderes não-coercivos já existe um termo de aplicação indiscutível: *soft power*. Mas, claro, Ferguson nega a acuidade do conceito. Afirma que o *soft power* é apenas uma luva de veludo que esconde a mão de ferro. Se o poder de atracção cultural, ideológico e económico dos EUA é só fachada, então, todo o Ocidente liberal é uma fachada. Na obsessão de comparar a América com impérios de outras épocas, Ferguson ignora as evidentes diferenças ideológicas entre a nossa era liberal e as eras imperiais de outrora. Não se pode negar a existência do *soft power*. É uma especificidade do Ocidente dos séculos XX e XXI.

A forma desassombada com que Ferguson desautoriza conceitos consensuais (*soft power* e a definição clássica de *Império*) indica-nos o seguinte: falta de humildade intelectual. Quando um conceito estabelecido se opõe à sua tese, Ferguson nega-o por completo. E esta arrogância não se fica por aqui. Outros conceitos, como *unipolaridade*, *unilateralidade* ou *hegemonia*⁹, são descartados com o mesmo desassombro. Ferguson afirma que as invasões do Iraque e do Afeganistão constituem a transição de um império informal para o império formal. Em resposta, devemos afirmar o seguinte: as invasões constituíram acções *unilaterais* do Estado *hegemónico* da actual conjuntura geopolítica *unipolar*. Ou seja, concordemos ou não com estas acções militares, elas devem ser entendidas como o prolongamento de uma estratégia de segurança e defesa de um estado-nação liberal e não como acções expansionistas de um império. Parece-nos óbvio que Ferguson reduz a complexidade da política

internacional (*A América é a potência hegemónica do actual momento unipolar e, portanto, tem poder para realizar acções unilaterais*) a um rótulo retórico (*América Imperial*).

Que fique bem assente: o império americano é uma impossibilidade política, quer ao nível interno quer ao nível externo.

A AMÉRICA DEVE SER UM IMPÉRIO? UMA IMPOSSIBILIDADE IDEOLÓGICA

O segundo argumento de Ferguson, apesar de tudo, assenta numa análise sensata do mundo actual. A característica do nosso tempo «não é uma mudança de poder para um nível superior, para instituições supranacionais, mas sim para um nível inferior»¹⁰, isto é, vivemos uma era de fragmentação política, de fracasso do Estado. O 11 de Setembro, aliás, ocorreu porque a fragmentação política (neste caso do Afeganistão) foi aproveitada por actores não-estatais. Portanto, a grande preocupação de Ferguson é a seguinte: como garantir sustentabilidade política de um mundo repleto de estados falhados mas em crescente globalização económica e técnica?

A resposta de Ferguson a este dilema começou a ser desenhada nas últimas páginas de uma obra anterior: *Empire* (2003). Aqui, o autor analisou a forma como o império britânico expandiu os valores liberais pelos quatro cantos do planeta. E Ferguson tem razão: o mundo em que vivemos é, em grande medida, o resultado da acção inglesa. Sem a influência britânica seria muito improvável que a democracia parlamentar fosse o modelo indiscutível que é hoje¹¹. E logo nas últimas páginas de *Empire*, Ferguson revelou

as duas traves mestras de Colossus: (1) A «era pós-imperial tem sido caracterizada por duas tendências contraditórias: globalização económica e fragmentação política»¹²; (2) logo, a América deve continuar a tarefa inglesa (repor a estabilidade e dotar o mundo de condições para a democracia liberal e para o capitalismo)¹³.

Ora, a nossa crítica ao projecto de Ferguson deve começar pelo óbvio: o historiador escocês encara o mundo com a cosmovisão dos grandes liberais clássicos do século XIX. É uma espécie de reencarnação ideológica de Tocqueville. Tocqueville pretendia que a França civilizasse os povos bárbaros do Norte de África¹⁴. Ferguson pretende que a América civilize o Terceiro Mundo. E não podia ser mais claro a este respeito: «[...] mesmo que não coloquem em perigo a segurança dos EUA, as condições económicas e sociais de muitos países justificam uma intervenção imperial americana» (p. 24). Ou seja, antes de ter preocupações de segurança em relação aos perigos estratégicos do século XXI, Ferguson pretende construir um projecto civilizacional *tout court*, à maneira oitocentista. Por outras palavras, o império de Ferguson, antes de ser uma medida estratégica, é uma obrigação civilizacional. Ferguson pretende que a América transforme o mundo num local melhor, destronando tiranias e reconstruindo estados falhados.

Como começa a ser evidente, Ferguson revela, inesperadamente, uma faceta progressista. E essa faceta é visível em quatro pontos: 1) Como já referimos, o império de Ferguson é um projecto que visa melhorar o mundo. Como conservador,

Ferguson deveria saber que os projectos destinados a melhorar a Humanidade acabam sempre em desastre. 2) O império americano sonhado por Ferguson apresenta todas as características da engenharia político-social normalmente associada a autores progressistas¹⁵. 3) Ferguson caminha por veredas que nenhum conservador, em consciência, pode percorrer: despreza uma das poucas leis da política – qualquer acção tem sempre consequências imprevisíveis. O projecto imperial de Ferguson lançaria o Ocidente e o mundo num estado permanente de instabilidade e guerra. 4) Ferguson parte de um pressuposto progressista: um grande projecto político pode controlar e antecipar tudo. Convém recordar que nenhum poder tem a capacidade para antecipar tudo o que se passa em seu redor.

Mas uma questão ainda está no ar: qual é a causa profunda desta obsessão pelo império? Em nosso entender, a resposta é a seguinte: a epistemologia de Ferguson é determinada, em excesso, pela *realpolitik*. Seguindo a ortodoxia realista, Ferguson analisa o Poder sem nuances ideológicas, culturais ou históricas. Julga que possui uma chave universal para decifrar o Homem. Esta chave decifradora foi forjada por Tucídides: as relações entre potências são ditadas por uma luta interminável pelo Poder; esta luta está enraizada na alma humana. No decorrer da História, os nomes mudam, mas a substância é sempre a mesma. É, enfim, uma visão estruturalista¹⁶: a pluralidade dos homens é reduzida a um modelo de Homem, que se repete mecanicamente. Na posse desta fórmula, Ferguson apresenta uma

confortável predisposição analítica que lhe permite perceber todas as épocas, independentemente da cultura e ideologias: «A luta pelo domínio é simultaneamente perene e universal.»¹⁷ Obviamente, estamos perante alguém com uma séria distorção epistemológica. E o resultado epistémico acaba por ser este: para Ferguson, só existem dois cenários para o futuro próximo: ou há o império americano, o Leviatã mundial que ordena o mundo, ou há uma desordem anárquica, uma espécie de nova idade das trevas¹⁸.

Ora, a epistemologia excessivamente realista acaba por abrir duas brechas no argumento de Colossus. A primeira está relacionada com a coerência do próprio argumento; a segunda diz respeito à carência de uma apreciação ideológica.

A primeira brecha resume-se facilmente: existe uma falha na estrutura interna do argumento. Colossus acaba por revelar uma contradição terminal entre o problema e a solução, ou seja, existe um abismo tremendo entre o diagnóstico pessimista e negro (o mundo até corre o risco de entrar numa nova idade das trevas, caso a América não cumpra o seu dever imperial) e a solução optimista e luminosa (império americano redentor que tudo resolverá). Ferguson torna-se, assim, num autor desconcertante para quem faz análise política: o seu nível epistemológico é retirado da *realpolitik*, mas o seu nível epistémico é altamente idealista. É como se fosse conservador na análise e progressista na prescrição.

Como referimos, o excessivo pendor realista de Ferguson garante ainda outra brecha analítica. E esta segunda debilidade

está relacionada com as percepções ideológicas em relação à América. Ferguson concentra-se apenas no suposto poder imperial americano. Esquece o seguinte: é fundamental analisar as percepções desse mesmo poder. Por outras palavras, deixa de lado duas questões essenciais: 1) como é que o mundo kantiano (o conjunto de regimes demo-liberais) encararia uma Washington imperial?; 2) como é que o mundo não-kantiano (tiránias e estados falhados) encararia esse império?

A segunda questão é completamente ignorada por Ferguson. É como se as tiránias e os estados falhados fossem simples títeres da vontade americana. Mais: é como se estivessem ansiosamente à espera da invasão e do consequente *nation-building*. Ferguson comete um erro, há muito diagnosticado por Maquiavel: esquece que a estabilidade de conquistas «não nasce do muito ou do pouco valor do vencedor, mas sim da qualidade do vencido»¹⁹. Ou seja, a prossecução do tal projecto imperial não depende apenas dos americanos. Também depende da percepção e da acção dos povos que, supostamente, serão dominados e civilizados. Ferguson só vê a política por uma lente: como é que a América vê e opera no mundo. Mas a política nunca é unidimensional. Também é necessário observar o sentido inverso: como é que o resto do mundo vê a América.

Ferguson parece não entender que o Poder não garante Autoridade²⁰. A sua análise carece de um pouco de sensibilidade construtivista, isto é, de consideração pelas ideologias de cada época. O mundo do século XIX era um mundo europeu. O impé-

rio britânico fazia parte desse mundo; era aceite nessa cosmovisão. Hoje, um império ocidental já não tem qualquer legitimidade no mundo não-ocidental. E ainda bem. É sinal de que os valores ocidentais tiveram sucesso em espaços não-ocidentais. A liberdade e, consequentemente, o princípio da autodeterminação são os conceitos regentes da política mundial. Teoricamente, todos os estados são iguais, logo, um império não é inaceitável. E por que razão os valores ocidentais tiveram sucesso? Resposta: porque o império britânico transportou-os para o mundo. E chegamos, assim, a outra contradição do edifício argumentativo de Ferguson: se aceitamos a tese de *Empire*, temos de recusar a tese de *Colossus*. O sucesso do império britânico na expansão dos valores ocidentais impossibilita um império americano no século XXI. Ferguson, mais do que ninguém, deveria entender isso.

A outra questão (como é que o restante mundo kantiano encararia o império?) também é ignorada. Ao prescrever um império, Ferguson comete o seguinte erro: concentra-se excessivamente nos problemas do mundo não-kantiano. Por outras palavras, Ferguson negligencia os aliados naturais da América, as restantes potências kantianas. Mais: Ferguson parece ignorar que uma acção imperial explícita pode criar ainda mais resistências no mundo kantiano (podem surgir ligações anti-imperiais). A lógica de pura *realpolitik* de Ferguson põe em causa as ligações ideológicas e institucionais entre potências kantianas. Os EUA devem ser a nação líder do mundo kantiano e não um império. Um poder imperial, que tudo

controla e rege, é a negação dos valores do pluralismo liberal.

Enfim, a América não deve ser um império, porque tal condição entra em rota de colisão com os princípios do mundo kantiano e, não esquecer, com as percepções do mundo não-kantiano. Se Washington insistisse na via imperial, estaria a esbarrear contra estas duas paredes ideológicas inquebrantáveis. O império americano, além de ser uma impossibilidade política, também é uma quimera ideológica. Tocqueville poderia aspirar realisticamente a um império, Ferguson não.

IMPERIAL DENIAL? NÃO: APENAS EXCEPCIONALISMO AMERICANO

O terceiro argumento também tem um ponto de partida certo: os americanos revelam precipitação nas tarefas de *nation-building*. Destroam os tiranos, mas, depois, realizam eleições precocemente e retiram demasiado cedo. Os americanos parecem não saber que «impor lei e ordem é muito mais complicado do que alcançar a vitória militar»²¹. Concordamos com a crítica. Contudo, consideramos que Ferguson não encontrou a causa exacta do problema. Vejamos porquê.

Ferguson afirma que a América é um fraco *empire builder*; acusa os americanos de não possuírem uma mente e uma predisposição imperiais (*imperial denial*). Portanto, a grande ameaça para a América não advém de nenhum contrapoder europeu ou asiático, mas do vácuo de poder interno, da ausência de vontade de poder dos americanos. Esta análise não está correcta. Isto porque Ferguson não procura perceber os americanos nos seus pressupostos.

O autor critica o que existe (tibieza americana no *nation-building*) e, logo de seguida, prescreve o que não pode existir (*ethos imperial vitoriano*). Ferguson deixa um espaço em branco entre a crítica e a prescrição. E esse espaço devia ser preenchido pela análise dos pressupostos ideológicos dos americanos. Se perdesse algum tempo com esta análise, Ferguson descobriria que não falta vontade aos americanos. O problema, aliás, não é de escassez mas de excesso. Excesso ideológico, para sermos precisos. Este excesso até tem uma denominação clássica: *excepcionalismo americano*.

Concordemos ou não, o excepcionalismo americano baseia-se na igualdade entre os povos da *grande família humana*. Os americanos vêem a América como a nação *primus inter pares* e não como um império²². Clamam que são libertadores e não conquistadores. E acreditam piamente nisso. É por esta razão que têm pejo em impor, por exemplo, uma constituição semelhante à sua no Iraque ou no Afeganistão. Para Ferguson, isto significa que os americanos não são suficientemente imperialistas e que, por isso, fogem das responsabilidades. Para um americano, contudo, isso significa a «expressão dos princípios declarados pelos americanos há mais de duzentos anos na sua revolta contra uma esmagadora metrópole»²³. Ferguson esquece, convenientemente, que a revolução de 1776 criou uma cultura política anti-imperial e, por arrastamento, um respeito inenxorável pelo direito à autodeterminação. Este binómio (anti-imperialismo e autodeterminação) surgiu sempre nos grandes documentos clássicos da política externa

americana (Doutrina Monroe, Catorze Pontos de Wilson, Doutrina Truman). E que importância tem o conceito de *excepcionalismo americano* na argumentação de Ferguson? Resposta: zero. Mais uma vez, o historiador escocês nega a acuidade de um conceito há muito estabelecido. Afirma que a América é tão excepcional como qualquer outro império do passado. Ora, Ferguson tem de compreender que o excepcionalismo americano existe. É um dado ideológico indesmentível. Aliás, a compreensão e a subsequente crítica do excepcionalismo americano constituem a porta de entrada para a crítica sensata à política externa americana. A falta de vontade referida por Ferguson é, na verdade, o excepcionalismo americano. Devemos criticá-lo²⁴, pois é a causa directa para as falhas apontadas por Ferguson (precipitação no *nation-building*). Mas não podemos fingir que não existe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, Ferguson sacrifica a complexidade política e ideológica da política

mundial em nome de um projecto civilizacional de impossível concretização. Aliás, até se pode dizer que *Colossus* acaba por delinear um projecto não-político. O projecto de Ferguson é uma pretensão teleológica. Tudo é justificado em nome daquela meta imperial. E, assim, as medidas políticas concretas (por exemplo: invadir o Iraque) deixam de ser excepcionais e polémicas. Passam a estar protegidas pela certeza indiscutível de todos os projectos teleológicos que procuram melhorar a Humanidade. *Colossus* não tem como objectivo a análise dos *homens* concretos. A sua meta é outra: a prescrição de um projecto para o *Homem*.

Antes de morrer, o historiador francês François Furet escreveu: «Será que o fim do comunismo privará a política democrática de um horizonte revolucionário durante muito tempo? É esta a pergunta que vos deixo.»²⁵ Ao lermos Ferguson, ficamos com a sensação de que uma parcela da velha utopia revolucionária viajou para onde menos se esperava: para junto de alguns intelectuais conservadores. **RJ**

NOTAS

¹ HUNTINGTON, Samuel – «The Great American Myths». In *Maclean's*, vol. 118, n.º 7, Fevereiro de 2005.

² Ver ZELIKOW, Philip – «The Transformation of National Security – Five Redefinitions». In *National Interest*, Primavera de 2003.

³ Mais: o uso do conceito *América Imperial* é uma concessão ao *sound bite*. O resultado é óbvio: perda de rigor analítico em prol da retórica. E assim se cria um mito destinado a abastecer discussões intelectuais acaloradas mas pouco rigorosas.

⁴ ZELIKOW – «The Transformation of National Security», p. 19.

⁵ Walter Russell Mead, por exemplo, considera que existem quatro correntes de política externa americana: Hamiltonianos, Jeffersonianos, Jacksonianos e Wilsonianos. Ver MEAD, Walter Russell, *Special Providence*. Nova York: Routledge, 2002.

⁶ A Administração Bush é apenas o exemplo mais recente de uma longa tradição de diversidade e pluralismo na Casa Branca. A primeira administração de G. W. Bush dividiu-se em três correntes: nacionalistas assertivos (Rumsfeld), neoconservadores democratizadores (Wolfowitz) e internacionalistas pragmáticos (Powell). Ver DAALDER, Ivo & LINDSAY, James – *America Unbound – the Bush Revolution in Foreign*

Policy. Washington: Brookings Institution Press, 2003.

⁷ Ver ZELIKOW, «The Transformation of National Security», p. 18.

⁸ Ferguson acaba por cair noutra cliché da nossa época: excessiva plasticidade dos termos. Ora, se começamos a adulterar os conceitos clássicos em prol da nossa agenda imediata, corremos o risco de perder o rigor na discussão intelectual. Quando se adequa um dado conceito à nossa agenda pessoal, estamos a criar um ambiente intelectual que impossibilita o diálogo, o debate e a crítica. Se os conceitos clássicos não forem respeitados, perderemos o *chão*

comum para o diálogo académico e intelectual.

9 Ferguson recusa o conceito de *Hegemonia*, afirmando que é apenas uma forma de evitar o termo *Império*. Ver FERGUSON, Niall – «Hegemony or Empire». In *Foreign Affairs*, vol. 82, n.º 5 [Setembro-Outubro de 2003], p. 160.

10 FERGUSON, Niall – «A World Without Power». In *Foreign Policy*, n.º 143 [Julho-Agosto de 2004], p. 38.

11 Ver FERGUSON, Niall – *Empire - How Britain Made the Modern World*. Londres: Penguin Books, 2004 [2003], pp. 366-367.

12 *Ibidem*, p. 371.

13 Tendo em conta a motivação de Ferguson, importa distinguir o escocês de outros autores que advogam uma actividade imperial, nomeadamente Michael Ignatieff e Robert Cooper. Michael Ignatieff é um liberal intervencionista. Advoga uma espécie de imperialismo dos direitos humanos. O *nation-building* assume, aqui, a dimensão de um acto de solidariedade entre ricos e pobres, isto é, um acto de solidariedade de ocidentais para com não-ocidentais. Cooper também fala em termos idealistas [ex: defesa da dignidade da Humanidade], mas, acima de tudo, apresenta um pensamento estratégico. O seu *Liberalismo Imperial*, no fundo, resume-se ao seguinte: o mundo pós-moderno [potências kantianas] deve ter a capacidade de intervir no mundo moderno e pré-moderno, quando assim for necessário. E deve-se salientar a componente da necessidade. O *Liberalismo Imperial* advoga intervenções estratégicas, isto é, intervenções que exterminem ameaças à nossa segurança. Robert Cooper foi uma grande influência de Ferguson. *Empire* termina com um desenvolvimento de um argumento de Cooper. Mas, Ferguson vai mais além. Para o espírito conservador de Ferguson, o projecto de Cooper tem uma falha: não possui uma base política sólida. O *Liberalismo Imperial*, para Ferguson, é um conceito etéreo. Daí a defesa da *América Imperial*.

Com tudo isto, Ferguson aproxima-se de um dos poucos neoconservadores que advogam

o império – Max Boot. Aliás, há um duplo eco entre Boot e Ferguson. Repare-se na seguinte frase de Boot, claramente inspirada na cosmovisão vitoriana de Ferguson: «Hoje, o Afeganistão e outras terras turbulentas clamam por uma espécie de iluminada administração estrangeira outrora providenciada pelos autoconfiantes ingleses». Mas, atenção, Ferguson não é neoconservador. O seu projecto imperial advém da nostalgia do império britânico. Neste sentido, o intelectual mais parecido com Ferguson será, provavelmente, o americano Robert D. Kaplan: «Winston Churchill via nos EUA um digno sucessor do Império Britânico, pois poderia continuar a missão britânica de liberalizar o mundo». Segundo Kaplan, a América não pode descansar enquanto não produzir algo tão estimável como o império britânico. Cf. KAPLAN, Robert D. – «Supremacy by Stealth». In *The Atlantic Monthly*, vol. 292, n.º 1 [Julho-Agosto de 2003], p. 83; Cf. BOOT, Max – «The Case for American Empire». In *Weekly Standard*, vol. 7, n.º 5 [15 de Outubro de 2001]; disponível em <http://www.weeklystandard.com/Content/Public/Articles/000/000/000/318qpvmc.asp>; Ver IGNATIEFF, Michael – *Empire Lite*. Londres: Vintage, 2003; Ver COOPER, Robert – «Imperial Liberalism». In *National Interest*, n.º 79 [Primavera de 2005], pp. 25-34.

14 Ver, por exemplo, TOCQUEVILLE, Alexis de – «Travail sur L'Algérie», in *Tocqueville Oeuvres*. Bruges: Gallimard – Bibliothèque de la Pléiade, 1991 [1841], pp. 691-759.

15 Por vezes, a engenharia imperial de Ferguson atinge proporções, digamos, dantescas. O autor afirma que a situação política e económica nas ex-colónias africanas piorou desde as independências. Certo. Mas será que isso justifica um novo tipo de imperialismo? Segundo Ferguson, o regresso de um império liberal ofereceria melhores perspectivas de desenvolvimento económico e estabilidade política. Em suma, Ferguson pretende que a América invada e reorganize a África subsariana, reocupando o lugar deixado vago pelos europeus...

16 Tim Dunne e Brian C. Schmidt cunham um conceito muito interessante para descrever esta cosmovisão baseada em

Tucidides: Realismo Estrutural. Ver DUNNE, Tim & SCHMIDT, Brian C. – «Realism», in John Baylis & Steve Smith (eds.), *The Globalization of World Politics*. Nova York: Oxford University Press, 2001, p. 149.

17 FERGUSON, «A World Without Power», p. 32.

18 *Ibidem*, p. 34.

19 MAQUIAVEL – *O Príncipe* [trad. C. Soveral]. Lisboa: Guimarães Editores, 1999 [1513], p. 28.

20 Estamos a usar a distinção clássica entre *Poder* e *Autoridade*, cunhada por Robert Nisbet. Autoridade, no fundo, descreve um poder com legitimidade. Diz respeito à ordem interna e orgânica de uma dada sociedade. Ou seja, a Autoridade legítima advém de laços históricos, culturais e religiosos. *Poder* descreve as estruturas respeitantes à força militar e política. Ao contrário da natureza orgânica e natural da Autoridade, o Poder tem óbvios problemas de legitimidade. Ver NISBET, Robert – *The Sociological Tradition*. Nova York: Basic Books, 1966, p. 6.

21 FERGUSON, Niall – «Hegemony or Empire?», p. 155.

22 O excepcionalismo americano é expresso, na sua forma mais pura, pelo *mainstream* do neoconservadorismo: «a vocação americana não é uma vocação imperial». Ver FRUM, David & PERLE, Richard – *An End To Evil - How to Win the War on Terror*. Nova York: Random House, 2003, p. 279.

23 MCMEEKIN, Sean – «In Denial». In *Commentary*, vol. 118, n.º 2 [Setembro de 2004], p. 98.

24 Ver RAPOSO, Henrique – «Ser ou Não Ser Maquiavélicos». In *Relações Internacionais*, n.º 4, Dezembro de 2004, pp. 173-181.

25 FURET, François – «Democracia e Utopia». In ESPADA, João Carlos [org.] – *A Invenção Democrática*. Lisboa: ICS, 2000, p. 62.